

EDUCAÇÃO

Número Temático - vol. 11 n. 1 - 2021

ISSN Digital: 2316-3828

ISSN Impresso: 2316-333X

DOI: 10.17564/2316-3828.2021v11n1p54-66



DISCUTINDO GÊNERO E DIVERSIDADE NO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL¹

DISCUSSING GENDER AND DIVERSITY IN THE
PROFESSIONAL LEARNING PROGRAM

DISCUTIR GÉNERO Y DIVERSIDAD EN EL
PROGRAMA DE APRENDIZAJE PROFESIONAL

Ana Carolina Ribeiro e Silva²

Andréa Lira Silva³

Karla Cristhina Soares Sousa⁴

¹ Este artigo foi resultado do Projeto de Intervenção apresentado pelas pesquisadoras Ana Carolina Ribeiro e Silva e Andréa Lira Silva, com a orientação da professora mestra Karla Cristhina Soares Sousa, no ano de 2020, como pré-requisito para obtenção do título de especialista em Gênero e Sexualidade na Educação, vinculada à Superintendência de Educação a Distância (SEAD) da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

RESUMO

O presente artigo é resultado da aplicação de um Projeto de Intervenção, solicitado pelo Programa de Pós-Graduação de Gênero e Sexualidade na Educação da Universidade Federal da Bahia. A intervenção buscou promover, dentro do Programa de Aprendizagem Profissional, a discussão de Gênero e Diversidade. A motivação pela escolha do tema tem como referência a experiência dentro das Entidades Formadoras, que oferecem este serviço de Capacitação Profissional aos Jovens Aprendizes, público do Programa, objetivando analisar como ocorre a discussão de gênero dentro do Programa de Aprendizagem e promover, entre os aprendizes, um maior contato com o tema da Diversidade, a fim de instrumentalizá-los e fazê-los compreender a amplitude e relevância do tema. Para que isto se torne possível, foram realizadas Rodas de Conversa nas entidades formadoras, com os Jovens Aprendizes, sendo convidados para ministrá-las, palestrantes que estejam inseridos nas pautas de Gênero e Diversidade. Esta proposta de Intervenção, visou catalisar a discussão e fazer com que estes reflitam sobre tais assuntos, possibilitando-os uma abertura no longo caminho para a desconstrução de preconceitos, mais saberes e, também, uma formação cidadã mais crítica e diversa.

PALAVRAS-CHAVE

Programa de Aprendizagem. Jovens Aprendizes. Gênero. Diversidade.

ABSTRACT

This article is the result of the Intervention project, requested by the Graduate Program of Gender and Sexuality in Education at the Federal University of Bahia. This intervention sought to promote the discussion of Gender and Diversity in Apprenticeship programs. The experience in the training institutions that offer professional qualifications to young apprentices was what motivated this theme. It aims to analyze the gender discussions in the professional training programs and promote more contact with diversity, raising awareness and instrumentalizing these young people. To make this possible, speakers engaged in Gender and Diversity matters conducted group discussions with young apprentices in these institutions. This Intervention proposal sought to stimulate the mind of these apprentices and make them reflect on such matters. Thus, it allowed them to deconstruct prejudices, acquire more knowledge, and have critical and diverse citizen training.

KEYWORDS

Apprenticeship Programs. Young Apprentices. Gender. Diversity.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de la aplicación de un Proyecto de Intervención, solicitado por el Programa de Posgrado de Género y Sexualidad en Educación de la Universidad Federal de Bahía. La intervención buscó promover, dentro del Programa de Aprendizaje Profesional, la discusión del Género y la Diversidad. La motivación para elegir el tema tiene como referencia la experiencia dentro de las Entidades formativas, que ofrecen este servicio de formación profesional a jóvenes aprendices, público del Programa, con el objetivo de analizar cómo se produce la discusión del género dentro del Programa de Aprendizaje y promover, entre los aprendices, un mayor contacto con el tema de la Diversidad, con el fin de instrumentalizarlos y hacerles entender la amplitud y relevancia del tema. Para que esto sea posible, círculos de conversación se llevaron a cabo en las entidades de formación, con los Jóvenes Aprendices, siendo invitados a ministrar - ellos, oradores que se insertan en las agendas de Género y Diversidad. Esta propuesta de Intervención tenía como objetivo catalizar el debate y hacerles reflexionar sobre estas cuestiones, permitiéndoles abrir el largo camino hacia la deconstrucción de prejuicios, más conocimiento y, además, una formación ciudadana más crítica y diversa.

PALABRAS CLAVE

Programa de aprendizaje. Jóvenes Aprendices. Género. Diversidad.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como ocorre a discussão de gênero dentro do Programa de Aprendizagem e promover, entre os jovens aprendizes, um maior contato com o tema da Diversidade, a fim de instrumentalizá-los e fazê-los compreender a amplitude e relevância do tema. Considerando a ótica de Cupani (2004, p. 12), reivindicamos aqui o caráter situado do conhecimento que fez surgir nosso interesse pela temática, o qual aclara que “nenhuma tentativa de conhecer a realidade, seja em nível individual, grupal ou institucional, pode escapar às suas próprias circunstâncias ou condições de existência, especialmente as sociais”. Assim as nossas inquietações surgiram, por meio da vivência direta com o programa de aprendizagem, devido a nossa atuação enquanto profissionais de duas instituições que fornecem a capacitação teórica a jovens de 14 a 24 anos que estão inseridos na aprendizagem.

A Lei da Aprendizagem, materializada pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943, foi instituída por meio da Lei 10.097, em 19 de dezembro de 2000. Esta atua na promoção de mais oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda para os jovens, estipulando a todas as empresas, a obrigatoriedade em contratar e a matricular os jovens aprendizes em cursos de Aprendizagem Profissional.

Tal lei é aplicada no Programa de Aprendizagem, que é um programa técnico profissional que prevê a execução de atividades teórica e práticas, orientadas por uma entidade formadora, que detenha uma qualificação técnico-profissional-metódica, a fim de promover aos Jovens Aprendizes, esta capacitação técnica. Estas entidades precisam ter o período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendizado e observar os parâmetros estabelecidos na Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 615, de 13 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2014).

Nesse contrato, o empregador se compromete a assegurar aos aprendizes, as formações profissionais compatíveis com o seu desenvolvimento moral, físico, social e psicológico, a entidade formadora, compromete-se a instrumentalizá-lo teoricamente, e o aprendiz se compromete a executar com responsabilidade a sua formação. Após o Jovem Aprendiz se inserir no Programa, para além de realizar as atividades na empresa que o contratou, ele precisa estar um dia da semana, na entidade formadora, recebendo aulas de capacitação, com assuntos que vão desde Atendimento ao Cliente à Cidadania e Consciência Negra.

Enquanto educadoras, inseridas na Aprendizagem Profissional, compreendemos que a inserção desses jovens, os quais, majoritariamente se encontram em situação de vulnerabilidade, no mercado de trabalho, é um mecanismo que possibilita a estes transcenderem uma situação de vulnerabilidade social e econômica. A Aprendizagem Profissional deveria ser um instrumento para o fortalecimento da autonomia, formação crítica, cidadã e política. Entretanto, a sua prática denota alguns desafios que se distanciam da forma como o programa diz se apresentar, tendo em vista que as entidades formadoras deixam de lado discussões de aspectos relevantes para a construção desta formação crítica a qual se propõe, a discussão de gênero é uma delas.

Por isso, este trabalho se debruça em levar essa questão para o Programa de Aprendizagem, tendo em vista que o espaço educacional é ambiente fértil para inserir o debate sobre as representações

binárias do gênero, questionando os símbolos existentes que refletem uma relação de poder, uma vez que, esse conteúdo não é determinado pelo Ministério do Trabalho, por essa razão, não se faz presente na grade curricular do programa jovem aprendiz.

Escolhemos para a aplicação do Projeto de Intervenção, pensando na entidade formadora, duas instituições da cidade de Salvador e optamos por manter os nomes em sigilo. A isso se deve ao fato de atuarmos como profissionais nas respectivas instituições e mesmo fazendo parte do corpo de funcionários, não conseguimos obter a documentação fornecida pelas instituições para liberação da realização das atividades e divulgação de seus nomes, entretanto, assumimos o risco e levamos o trabalho adiante. Porém, em decorrência disso, iremos manter o sigilo em relação aos nomes das instituições para preservar o compromisso que afirmamos enquanto funcionárias destas. Entendemos a importância política de identificá-las, contudo, assinamos um contrato que nos coloca em situação de cumprir as normas delas, por isso, serão identificadas como instituição X e Y.

Visto isso, este trabalho, levou o debate de gênero e diversidade para duas instituições do Programa de Aprendizagem na cidade de Salvador/BA, promovendo atividades que possibilitaram aos jovens a refletir como se deu a sua construção social enquanto indivíduo e como essa composição afeta a sua relação com o outro. Para isso nos apoiamos e levamos um arcabouço teórico acerca da temática de gênero e diversidade, com o intuito de construir novos significados e símbolos sobre o que é ser homem e mulher nesta sociedade.

2 MÉTODO

Minayo (2010, p. 44) afirma que “discutir metodologia é entrar num forte debate de ideias, de opções e de práticas”. Isso se aplica na construção deste trabalho, especialmente por ter o entendimento de que falar de gênero, é falar de ideias e práticas construídas na temática ao longo da História. Nesta pesquisa, foi adotado o estudo de caso múltiplo e exploratório. O estudo de caso é um método satisfatório nas situações em que a pesquisa propõe relatar os aspectos que compõe o fenômeno estudado, pois ele “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

O estudo de caso realizado está em consonância com a pesquisa exploratória por ter como “principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (MARTINS; GIL, 2008, p. 27). A proposta deste trabalho foi realizar uma abordagem qualitativa e descritiva dos objetos de estudo, este tipo de pesquisa não se limita a explicar o problema, mas compreendê-los a partir de aspectos sociais.

Os dados dos Jovens foram organizados por meio das informações existentes nas instituições, a fim de compreender quem é o maior público na aprendizagem. A pesquisa foi realizada com jovens entre 14 e 24 anos que estão inseridos no Programa de Aprendizagem por duas instituições que fornecem a capacitação teórica do Programa de Aprendizagem na cidade de Salvador/BA, aqui identificadas como X e Y. Nestas Instituições há, aproximadamente, 1.500 Jovens Aprendizes, entre 14 e 24

anos. O público é composto majoritariamente por pessoas do sexo masculino, entre 18 e 21 anos, com o Ensino Médio concluído. A renda dos beneficiários do Programa é de até 2 salários-mínimos. Estes, em sua maioria, não recebem nenhum repasse dos “benefícios” governamentais, não têm filhos e residem em imóvel próprio.

Como proposta de intervenção, fizemos uma ação nas duas instituições entre os dias 9 e 13 de março de 2020, por meio de palestras e rodas de conversas durante toda a semana, nos dois turnos de cada dia, abrangendo todas as turmas.

3 RESULTADOS

Como proposta de integração, foi realizada uma ação nas duas instituições entre os dias 9 e 13 de março de 2020, por meio de palestras e rodas de conversas durante toda a semana, nos dois turnos de cada dia, abrangendo todas as turmas.

Entre os dias 9 e 13/03/2020 foram realizadas 4 intervenções com as turmas da entidade X. As datas e turnos foram escolhidas com base na disponibilidade dos palestrantes e todos estes encontros, na referida instituição, foram promovidos pela Assistente Social, Ana Carolina. A primeira intervenção ocorreu no turno vespertino, contou com a presença de 46 jovens e 2 instrutores, durante uma “Feira de Empresas”, na qual os Aprendizes teriam como missão a criação de determinadas empresas. Ao final destas, alguns instrutores da entidade foram convidados pelos próprios jovens a palestrar sobre temas como Mercado de Trabalho, Ética no Trabalho e Diversidade no Mercado de Trabalho.

Este último tema, foi ministrado pela Assistente Social Ana Carolina, onde foi possível trazer à superfície, a disparidade salarial entre homens e mulheres, ocupando o mesmo cargo; o fato de mulheres negras receberem, em média, 40% a menos que homens brancos; a exclusão das pessoas trans e travestis do mercado de trabalho formal e; o capitalismo se apropriando das pautas da diversidade.

A segunda intervenção ocorreu com a Operação Ronda Maria da Penha (ORMP), a convite do Serviço Social da entidade. Apesar do convite ter sido feito diretamente para a Assistente Social da ORMP, foram os próprios policiais da Operação que realizaram a palestra. A palestra ocorreu no turno matutino e contou com a presença de 62 jovens e 3 instrutores. Nesta intervenção, os palestrantes foram bastante elucidativos quanto os conceitos de gênero, como ele é construído socialmente, os tipos de violência contra as mulheres (cis e trans), compreensão da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio e como a Operação age mediante os casos de violência.

A terceira intervenção ocorreu no turno matutino, contou com a presença de 57 jovens e foi mediada por Eveline Santos, mulher, negra, advogada e professora, que falou sobre o 8 de março e a inserção da mulher nestes espaços, ainda tão voltados para o masculino. Em um formato de roda de conversa, Eveline levantou alguns questionamentos sobre o que foi o Dia da Mulher e se os jovens conseguiam compreendê-lo enquanto um dia histórico de luta e reafirmação desta, a palestrante falou historicamente sobre o 8 de março, trouxe dados sobre o Feminicídio, falou sobre a dificuldade da mulher se inserir nos espaços de poder, ainda que se tenha mais qualificações que o homem, dentre outros aspectos.

A quarta e última intervenção desta semana, ocorreu no turno vespertino, mediada pela Assistente Social Ana Carolina, contou com a presença de 13 jovens. Nesta, dividiu-se a sala em pequenos grupos, solicitando que eles pesquisassem os seguintes termos\perguntas: “O gênero é uma construção social?” “Existe um único feminismo?” “Masculinidade Tóxica” e “LGBTfobia”.

Na instituição Y, as atividades iniciaram no dia 9 de março, no turno matutino, com a convidada Millena Passos, mulher transexual e servidora da Secretaria de Políticas para Mulheres da Bahia (SPM), a qual trouxe o tema: O cenário da pessoa trans no Brasil. Nesse momento, estiveram presentes cerca de 70 jovens e a instituição nunca havia recebido uma pessoa trans e muitos dos jovens, nunca tiveram contato com uma pessoa trans nessa posição de servidora pública e educadora, fugindo do lugar de prostituição e marginalidade. À tarde, foi realizado um bate papo sobre Gênero e Religião, feito pela Assistente Social, Andréa Lira, com cerca de 60 jovens.

Na terça, 10 de março de 2020 pela manhã, Willian Fraga, Assistente Social e Ativista LGBTQI+ fez uma fala acerca da População LGBTQI+ com o tema: Desmitificando estereótipos. No período da tarde, antes da chegada da segunda palestrante do dia, um instrutor da casa foi questionado por um jovem sobre o termo masculinidade frágil, pontuou que se sentia desconfortável e ofendido com o termo, antes que o instrutor respondesse, um outro jovem pediu a fala e disse que ele se sentir assim demonstrava o quanto a masculinidade dele era frágil e que provavelmente ele era um “macho escroto”, em resposta, o jovem fez a seguinte ameaça – “sua sorte é que você está no, se tivesse na rua eu ia te mostrar a minha masculinidade frágil!” – gerando um atrito entre a turma.

O instrutor pediu a ajuda da Assistente Social, Andréa Lira, para conversar um pouco com a turma, pois ele não se sentia preparado para lidar com aquela situação. Ainda na terça à tarde, falamos sobre a mulher em situação de rua com Géssica Santos, Assistente Social e integrante do Projeto Axé em Salvador. Por ser um tema desconhecido para os jovens, houve muitas dúvidas como a questão do período menstrual na rua, a exposição aos abusos na rua, higiene íntima e pessoal.

Na quarta-feira, 11 de março de 2020, pela manhã, Dona Dadá foi recebida, para falar sobre como é ser mulher na fase idosa, bem como narrar a leitura que faz da visão social do “ser-mulher-idosa”.

À tarde, Priscilla Isabel, Assistente Social e pessoa com deficiência, fez uma fala sobre a situação da mulher com deficiência. Na quinta, 12 de março de 2020, foi realizada uma prática de sensibilização entre mulheres e homens separadamente, onde os instrutores homens ficaram com os jovens e as instrutoras mulheres ficaram com as jovens, o intuito era deixá-los à vontade para expressar as suas dores causadas pela desigualdade de gênero. À tarde, Raissa Sena, Assistente Social e servidora pública em uma Unidade de Saúde em Salvador, conversou sobre Violência obstétrica.

Na sexta-feira, 13 de março de 2020, último dia de atividades da semana de intervenção, pela manhã recebemos Midian Macedo, convidada por uma funcionária da instituição, uma vez que a Assistência Social, Andréa Lira, organizadora da semana de intervenção, não conseguiu uma convidada para este dia. Midian é assessora política e falou sobre a mulher na política.

À tarde, se repetiu a prática de sensibilização entre mulheres e homens separadamente, onde os instrutores homens ficaram com os jovens e as instrutoras mulheres ficaram com as jovens, com o intuito de deixá-los à vontade para expressar as suas dores causadas pela desigualdade de gênero.

4 DISCUSSÃO

Na instituição X, a semana de aplicação do Projeto foi bastante movimentada. Pelo perfil muito conservador e uma equipe embebida em preconceitos, houve diversos momentos de tensão, com os instrutores questionando a presença de palestrantes e desdenhando das atividades. Isso demonstra a fragilidade do Programa de Aprendizagem na sua prática, que apesar de na teoria impor que as formações auxiliem no desenvolvimento moral, físico, social e psicológico do jovem, no seu exercício, muitas entidades formadoras não estão alinhadas com este objetivo, comprometendo, a partir de atitudes sexistas, o crescimento moral, social, físico e psicológico deles.

Entretanto, para os Jovens Aprendizes, ficou visível o interesse e a vontade de aprender. Muitos dos aspectos levados em sala, não são abordados no Programa, sendo tratados como tabus e estes só se quebram por meio do conhecimento. No decorrer da intervenção, estabeleceu-se uma troca de conhecimentos quanto a cada temática trabalhada, tendo como referência as realidades concretas e subjetivas de cada Jovem, os quais davam exemplos e situações que estavam vivendo ou de pessoas próximas.

Após uma semana de imersão na discussão de gênero nas respectivas instituições, foi notório perceber o quanto os jovens são carentes de informação e precisam discutir este assunto.

Na instituição Y, percebe-se muito desconhecimento em relação a tudo que envolve gênero, desconhecem definições como homossexualidade e identidade de gênero, patriarcado, feminismo, porém deixam muito claro que possuem muito interesse acerca da temática. Apesar de a maioria já serem maiores de idade, demonstram muita imaturidade ainda quando o assunto é sexo, mas questionam muitas coisas. Logo, duas palavras definem os jovens desta instituição em relação as discussões de gênero: Curiosidade e desconhecimento!

Muitos passaram por situações de violência na infância e adolescência, abusos dentro e fora do ambiente familiar, estupros, relações abusivas e violências geradas pela afirmação na identidade de gênero ou orientação sexual que influenciam no comportamento retraído em sala e na capacidade de aprendizado, além de em alguns casos apresentarem problemas físicos e psicológicos a Organização Mundial de Saúde (1948, p.16) define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”, nesse sentido, esse trabalho nos mostrou que o machismo e a violência gerada nesse sistema patriarcal precisam ser vistos como um problema de saúde pública, tendo a educação como ferramenta de enfrentamento a esse problema.

Não podemos deixar de falar sobre o corpo de funcionários que compõe a instituição, além do corpo administrativo, a equipe pedagógica é composta por 6 instrutores responsáveis por ministrar a capacitação teórica e eles não estão preparados para fomentar essa discussão, não tiveram acesso ao longo dos seus processos de formação, o que traz uma problemática, pois, em se tratando dos instrutores que estão diretamente em sala de aula, estes são referência para os jovens, nesse sentido, a palavra é tida como a verdade, logo, uma fala equivocada acerca destas questões, poderá comprometer a formação da identidade do jovem e isso precisa ser visto pelos profissionais e instituições formadoras, quem educa precisa ser antes, educado.

Concluimos que, apesar das duas instituições, uma se negar e impedir a discussão de gênero e a outra estar aberta a discutir, ambas oferecem falha ao não apresentarem, até a aplicação desta in-

tervenção, uma abordagem que demonstrasse um compromisso em pensar gênero entre o seu corpo docente e seus jovens aprendizes. Desta forma, a intervenção mostrou que na prática, o Estado, por meio da Lei de Aprendizagem, peca na sua aplicação e precisa estabelecer um acompanhamento mais de perto das entidades formadoras e inserir a discussão de gênero na matriz curricular do Programa de Aprendizagem, a fim de assegurar que o Programa de Aprendizagem auxilie de fato no desenvolvimento moral, físico, social e psicológico do jovem e assim possa construir uma geração comprometida em mudar a forma de pensar gênero.

Sáímos desse processo cansadas, mas com a certeza de que toda intervenção que busque transgredir as práticas engessadas, ainda que com dificuldade na aplicação, são positivas. Sair do senso comum, corroborar na Aprendizagem enquanto Programa e enquanto instrumento de emancipação, faz com que nós, em posição de atores do processo, saibamos que estamos no caminho certo.

5 ESTUDO TEÓRICO

Como observamos esta intervenção se estrutura na contramão da prática da Lei de Aprendizagem, compreendendo e colocando em ação o processo de aprendizado como uma ferramenta crítica, de cunho político e que favoreça as bases para o processo de autonomia e subversão aos padrões opressores e de vulnerabilidade que estão inseridos os jovens aprendizes. Concebemos a educação como instrumento para transformação social, na medida em que propõe para esses jovens um conhecimento crítico da realidade. Dessa forma, nossa perspectiva teórica se encaminha pelo entendimento da educação como prática da liberdade, bem como pontua a bell hooks (2013, p. 273):

A sala de aula com todas suas limitações continua sendo ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, exigir de nós e de nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginemos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade.

Assim como, pela pedagogia transgressora, como discute Soares e Fontes (2019, p. 40):

Uma pedagogia transgressora trabalha e valoriza o corpo, a presença do corpo, dos sujeitos corporalizados no momento da aprendizagem, com ritmos, velocidades, entusiasmo, criticidades, afetos singulares que estão em compartilhamento. Podemos chamar, portanto, de uma pedagogia transgressora não um modelo, mas práticas escolares diversas que veem o ser humano em sua totalidade, que valorizam o corpo de estudantes, que buscam o conhecimento holístico e transversal do saber, que valorizam cada experiência de estudantes em sala de aula, que procuram aprender com a diferença.

A processo educacional quando direcionado contribui para o jovem aprendiz obter uma formação que possibilite a trans-forma-ção do status quo, este que por vezes é violento com relação a

esses atores sociais. Essa perspectiva já era apontada em Adorno (1995), quando destaca que a educação tem o potencial de não permitir a repetição de atos bárbaros, devendo ser difundida nos termos de uma educação libertadora, seja ela formal ou não formal, que implique transformação social. E para Kant (1999), quando apresenta o homem como aquilo que a educação dele faz, sendo assim, se o indivíduo é educado, tomando por base uma educação emancipatória e de respeito aos direitos humanos, tornar-se-á um/a cidadã/o que age no seu dia a dia de acordo com as premissas da igualdade e respeito à subjetividade e à coletividade dos demais, independente da sua nacionalidade, raça, religião, gênero, crença etc.

Da mesma forma para Mary Wollstonecraft (2016), pioneira na leitura construtivista dos papéis sociais de gênero, quando destaca que a educação das mulheres constrói a situação opressora delas. E para Simone de Beauvoir (1949), quando conclui que a mulher não nasce mulher, mas torna-se a partir dos processos de educação formal e informal que socialmente são transmitidos. Coadunando com os autores supracitados, em outra passagem a autora bel hooks nos aclara sobre a necessidade de termos:

Uma literatura que ajuda a informar uma multidão de pessoas, que ajuda indivíduos a compreenderem o pensamento e as políticas feministas, precisa ser escrita em uma vasta gama de estilos e formatos. Precisamos de trabalhos principalmente direcionados à cultura jovem. Ninguém produz esse tipo de trabalho em contexto acadêmico. Sem abandonar os programas de Estudos de Mulheres, que já correm risco em faculdades e universidades com conservadores tentando desfazer as mudanças geradas pelas lutas por justiça de gênero, precisamos de estudos feministas baseados na comunidade (hooks, 2019, p. 45-46).

Ao pensar que a prática das entidades formadoras que constituem o programa de aprendizagem está presa a ideias conservadoras sobre gênero, uma vez que essa discussão não se faz presente na matriz curricular do programa, falar sobre este assunto se torna uma tarefa complicada nos espaços de capacitação teórica, principalmente por ser uma formação alinhada ao trabalho dos jovens. Existe a ideia equivocada que não é necessário trazer essa temática para a formação. Por isso, esta intervenção é um instrumento que almeja uma educação profissionalizante que não permita a repetição de padrões violentos, devendo ser difundida nos termos de uma educação libertadora. Nesse sentido, é necessário nos debruçar sobre a definição de trabalho para Marx. Para explicitar melhor, utilizamos de suas reflexões:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...]. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. (MARX, 1983, p.149-150; 153).

Dessa forma, o homem se torna natureza transformada, uma vez que por meio do trabalho ele se autotransforma, o que o põe em um lugar para além da natureza e o caracteriza como ser social. Assim, à medida que ele vai se humanizando, vai aumentando a complexidade do ser social, tendo em vista que o trabalho surge como a objetivação primária, nascendo daí mediações mais complexas

como: necessidades e possibilidades de novas objetivações, devido as suas determinações estruturais: agir teleologicamente (projetadas), usar a linguagem articulada, ser consciente das suas atividades, ter liberdade de escolha, universalizar-se e socializar-se (MARX, 1983). Tendo em vista que é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social, é por meio dele que a sua identidade é construída e o gênero é um fator importante e determinante nesse processo.

Para Joan Scott (1990), gênero é uma categoria útil de análise a qual deve ser compreendida em duas vertentes. A primeira é que gênero é elemento constituinte das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A segunda é que gênero é a forma primária de dar significado as relações de poder. Nessa perspectiva, as relações de gênero são pautadas por relações desiguais que geram opressões para as mulheres, ocasionando a necessidade de sua organização coletiva e política ao longo do tempo. Dessa forma, podemos compreender gênero como uma categoria necessária para evidenciar o desequilíbrio das relações entre homem e mulher presente em nossa sociedade (COLLING, 2018).

É preciso entender que outras formas de identidade e viver em sociedade, para além da heteronormatividade, existem e precisam ser respeitadas. Porém, sabemos que vivemos em uma sociedade que determina a maneira de ser e existir e que perceber e assimilar essas questões perpassa por um processo de desconstrução e construção, muitas vezes doloroso, mas necessário. Acreditamos que o processo educacional dentro do referido Programa possa auxiliar para uma transgressão desses padrões sociais de gênero impostos.

Esta literatura nos deu subsídio para podermos analisar como ocorre a discussão de gênero dentro do Programa de Aprendizagem, buscando promover, entre os jovens aprendizes, um maior contato com o tema da Diversidade, a fim de instrumentalizá-los e fazê-los compreender a amplitude e relevância do conteúdo. Isto se deve ao fato de o ambiente da aprendizagem ser um terreno fértil para as discussões de gênero, uma vez que por meio do trabalho o jovem está se tornando um ser social e este ser social possui, como bem afirma Scott, as questões de gênero como componente formador das suas relações sociais. Por isso, a educação se torna a principal ferramenta de construção de uma juventude mais saudável e de profissionais mais qualificados para lidar com as diversidades de gênero que se impõe no ambiente de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo do projeto de intervenção apresentado foi proporcionar a compreensão de ensino-capacitação dentro dos Programas de Aprendizagem como uma ambientação favorável para desconstrução e estímulo à *trans-forma-ção*, das práticas vivenciadas pelos jovens aprendizes, bem como instigar possibilidades transgressoras para os currículos dessas capacitações. O ponto de partida usado foi das práticas educacionais transgressoras que compreende o processo como uma prática libertadora, portanto, o ensino-aprendizado foi entendido como um caminho de respeito aos afetos e autonomia dos atores em questão. Dessa forma, a discussão de gênero e diversidade ressoam como conteúdos que oferecem essa transgressão curricular.

Como resultado, verificamos que a Lei de Aprendizado na prática com as entidades formadoras, ainda utiliza um modelo conversador de currículo, que não articula com questões contemporâneas, bem como falha no auxílio do desenvolvimento moral, social e psicológico desses jovens. Percebemos que discutir gênero e diversidade, na contraproposta desses currículos conversadores, por essa ação ser transgressora do *status-quo* foi uma intervenção estimulante tanto para os profissionais que participaram, como para os jovens aprendizes, os quais, em sua maioria, nunca tiveram contato com o tema nesta forma de debate.

O que corrobora com a tese de necessidade urgente de transgressão desses currículos. Verificamos que houve no processo em ação, uma desconstrução de situações, como a observância de falas que reproduzem a heteronormatividade e seus implicações opressoras.

Percebe-se que a maneira que a nossa sociedade pensa gênero está presente em todas as esferas, educacional, institucional e estatal, por isso, é necessário confrontar o modo que toda essa sociedade tenciona esse marcador social. No cenário educacional, se faz necessário que o educador promova um lugar onde os educandos possam expressar a sua liberdade e a partir dessa prática, construir uma visão crítica e libertadora, entretanto, é preciso um comprometimento do Estado em ações que fomentem a formação dos educadores, haja vista que como presenciamos não há um cuidado por parte de todos os formadores.

Refletir sobre Gênero é questionar às instituições e à organização social, ação promovida por este trabalho, para que assim, possamos, mesmo que em passos pequenos, construir uma nova ordem societária mais igualitária. Dessa forma, concluímos que o projeto de intervenção resultou de modo positivo na práxis educacional do Programa, usando de práticas transgressoras, estimulamos a construção de uma cidadania e juventude mais ética e saudável.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Educação e emancipação. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BELL, Hooks. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Bhuvli Libânio. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

BELL, Hooks. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2014. Disponível em: https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador, Bahia: Gênero e Sexualidade na Educação, 2018.

CUPANI, Alberto. A ciência como conhecimento “situado”. *In*. MARTINS, R. A.; GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANT, Emmanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1986.

KANT, Emmanuel. **Sobre a pedagogia**. Tradução de Francisco C. Fontenella. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1999.

MARX, Karl. **O capital**. V. 2. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Amanaiara Conceição. **Sexualidade e gênero na educação infantil**. Salvador, BA: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Registros oficiais da Organização Mundial da Saúde**. Nova York: OMS; 1948.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Sociedade, 1990.

SOARES, Mayana Rocha; FONTES, Ramon. **Pedagogias transgressoras**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em: 25 de Maio de 2021

Avaliado em: 6 de Junho 2021

Aceito em: 30 de Junho 2021



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Especialista em Saúde Mental com ênfase em Álcool e outras Drogas pela Universidade Católica do Salvador e Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Assistente Social. E-mail: anaribeiro.ssocial@gmail.com

2 Especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Bacharel em Serviço Social. E-mail: lira.seso@gmail.com

3 Mestre e doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Professora Substituta do Instituto Federal da Bahia – IFBA, campus de Camaçari-Ba. E-mail: karlassousa28@gmail.com



Este artigo é licenciado na modalidade acesso abertosob a Atribuição-Compartilha Igual CC BY-SA

